



## Servidores federais têm até o final do mês para fazer atualização cadastral

Este é o último mês para os servidores federais realizarem a validação ou atualização dos seus dados cadastrais. O prazo vai até o dia 31 de julho. Os funcionários públicos devem acessar o SOUGOV.BR, pelo aplicativo ou pelo site. A atualização cadastral, que é anual e obrigatória, começou no início do mês de junho.

Segundo o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), o objetivo da ação é aprimorar políticas públicas de gestão e melhorar a utilidade das informações sobre as pessoas prestadas à sociedade por meio de painéis, consultas públicas, portais da transparência ou

imprensa.

A atualização de dados deve ser feita por servidores públicos civis efetivos, ocupantes de cargos em comissão, empregados públicos em exercício em algum órgão ou entidade da administração pública direta, autárquica ou fundacional, contratados temporários, empregados de empresas estatais dependentes e estagiários.

O recadastramento vale também para aposentados da União e para quem se encontra cedido, afastado, licenciado ou fora do país. Pensionistas ainda não são obrigados a se recadastrarem.

### Autodeclaração

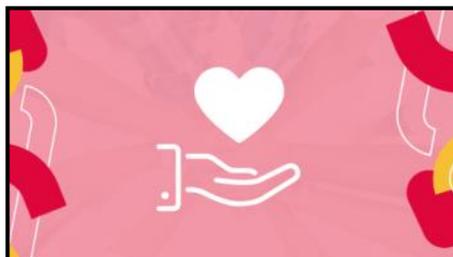
Neste ano, por conta da parceria firmada com o Ministério da Igualdade Racial, será preciso fazer a autodeclaração de cor/raça. A informação vai compor a pasta funcional do servidor e não será divulgada nominalmente. Neste caso, será preciso indicar amarelo, branco, indígena, pardo ou preto — mesmas categorias consideradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em suas pesquisas.

Fonte: Jornal Extra

### Marcha das Margaridas 2023

A marcha das margaridas é a maior ação de mulheres da América Latina.

Doe e contribua com a edição de 2023:  
pela reconstrução do nosso país e pelo bem viver!



**OBRIGATÓRIO PARA SERVIDORES**

## Atualização de Dados Cadastrais

Acesse para atualizar: **SOU gov.br**

## Terceirização é ‘irmã gêmea do trabalho análogo à escravidão’, afirma Luiz Marinho

Durante o lançamento de um “pacto” pelo trabalho decente nas lavouras de café do Espírito Santo, nesta segunda-feira (10), o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, reforçou a necessidade de revisão da legislação trabalhista. Segundo ele, a “reforma” implementada em 2017 trouxe insegurança jurídica ao país. Mas o ministro insistiu na necessidade de mudanças por meio de acordos entre as partes.

“Estamos dialogando, estamos chamando para o entendimento, estamos pedindo ajuda nesse processo. Se com tudo isso alguém desrespeitar (a legislação), precisa ter o rigor, a mão forte do Estado”, disse Marinho. Ele afirmou que o pacto firmado hoje em Vitória busca disseminar “bom senso” para erradicar a prática do trabalho análogo à escravidão. O ministro informou que apenas neste ano foram resgatados 1.641 pessoas, um recorde para o período, sendo 55 no Espírito Santo. “Todos no café.”

### Boas práticas

Marinho também fez referência ao governo anterior, que costuma chamar de período “das trevas”. E afirmou que o país, agora em “reconstrução”, ainda é vítima de um período “catastrófico” e “nebuloso”. “Queremos estimular boas práticas. Precisamos olhar para frente, para construir entendimentos sólidos, para não voltar de novo ao retrocesso.”

Na possível revisão de temas trabalhistas, Marinho citou a questão da terceirização, que antes era restrita a atividades-meio e foi ampliada – também a partir de 2017 – para todas as atividades. Para o ministro, terceirização, como está hoje, “é irmã gêmea do trabalho análogo à escravidão”. Assim, acrescentou, “é preciso modernizar, mas é preciso valorizar o trabalho”. Ele lembrou ainda que o Brasil já alvo de denúncias na Organização Internacional do Trabalho (OIT) devido à precarização.

### Relação responsável

“Queremos construir uma relação do trabalho responsável, onde a tecnologia não esteja somente a serviço da exploração, mas em benefício do conjunto da sociedade”, prosseguiu Marinho, citando o exemplo do trabalho por aplicativos. Assim, é preciso “também valorizar aquele trabalhador e trabalhadora que tem a responsabilidade de fazer aquela mercadoria chegar”. Sobre o pacto firmado hoje, o ministro disse que a ideia é atingir outras culturas. Por isso, o MTE começou a “mapear” atividades econômicas em cada estado.

Um mês atrás, Marinho esteve em Belo Horizonte, para assinatura de acordo semelhante, também no setor de café. A colheita naquele estado se estende até outubro, um período de muitas contratações. A preocupação é garantir que isso seja feito com a devida proteção social no campo. Minas é o maior produtor de café do país. Neste ano, a colheita deve corresponder a pouco mais da metade da safra nacional.



## Preços de alimentos, bebidas e transporte caem e país tem deflação de 0,08%

O IPCA que mede a inflação para quem ganha até 40 salários mínimos tem a maior baixa para o mês de junho desde 2017. Já o INPC que mede a inflação para as faixas de menor renda teve queda maior de 0,10%.

[Matéria completa em Cut.org.br](http://Cut.org.br)